

# Relator rejeita proposta de definição imediata do mandato

Da Sucursal de Brasília

A primeira tentativa concreta de definir imediatamente a duração do mandato do presidente José Sarney foi rejeitada ontem pelo deputado federal Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização dos Poderes e do Sistema de Governo do Congresso constituinte. A cúpula do PMDB não quer definir já o mandato (veja quadro ao lado), apesar dos pedidos do próprio Sarney.

O deputado deu parecer contrário a dois projetos de resolução encaminhados à Mesa da Constituinte, um deles pelo deputado César Cals Neto (PDS-CE) e o senador Affonso Camargo (PMDB-PR), e outro pelo deputado Gastone Righi (PTB-SP). A primeira proposta determina que a Constituinte deveria definir já o sistema de governo (parlamentarista ou presidencialista) e a duração do atual mandato presidencial como condição prévia para todo o resto dos trabalhos.

A segunda proposta postulava que o sistema parlamentar misto é o que seria aprovado pela Constituinte e, desde já, determinava que a Comissão de Organização dos Poderes e do Sistema de Governo adaptasse seus trabalhos àquela suposta definição dos constituintes. Ambos os projetos implicariam em mudança no Regimento Interno da Constituinte, adiamento do resto dos trabalhos e, como efeito prático, precipitaria a imediata definição do mandato de Sarney.

Em seu parecer, Egídio Ferreira Lima argumentou que as duas propostas atropelariam o itinerário normal dos trabalhos da Constituinte, já que dentro de vinte dias a subcomissão do Poder Executivo estará apresentando "o primeiro esboço" tanto do futuro sistema de governo quanto do período de mandato de Sarney e seus sucessores.

O parecer de ontem fez parte de uma manobra do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Como presidente da Mesa da Constituinte, caberia a ele, em princípio, receber e dar parecer sobre as duas propostas. Ulysses, porém, preferiu antes remeter os projetos ao deputado Egídio Ferreira Lima.

## Apenas uma subcomissão não se reuniu na Constituinte

Da Sucursal de Brasília

A exceção da subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, que não estava convocada, todas as outras 23 subcomissões do Congresso constituinte trabalharam ontem, com algumas se reunindo até à tarde. Mais de dois terços dos constituintes participaram das reuniões das subcomissões.















Os debates mais importantes ocorreram na subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária, onde o vice-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Plínio de Moraes, sugeriu que o governo confisque as propriedades rurais que fiquem inexploradas por mais de três anos, além da suspensão dos despejos de posseiros durante a execução da reforma agrária. O relator da subcomissão, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), disse que as

propostas eram "de difícil aceitação e pouco prudentes". Já a subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos marcou duas audiências públicas, no próximo dia 28, para ouvir os presidentes nacionais do PMDB, PFL, PT, PTB e PCB. No dia seguinte, os membros da subcomissão farão uma visita ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para discutir as vantagens da informática nas eleições.

Na subcomissão dos Municípios e Regiões, o presidente do Instituto Brasileiro de Assistência aos Municípios (Ibam), Diogo Lordello de Mello, e o diretor-tesoureiro da Frente Municipalista Nacional, Baldoneto Arthur Napoleão, denunciaram que os prefeitos são obrigados a prestar favores às autoridades estaduais e federais para receberem as cotas que lhes são devidas no Fundo de Participação dos Estados e Municípios.



### A DEFINIÇÃO DO MANDATO DE SARNEY

O sr. acha que a duração do mandato de Sarney deve ser definido já ou não? Como?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	 <b>Ulysses Guimarães, 70,</b> presidente do PMDB e do Congresso constituinte — Caberá ao plenário do Congresso constituinte "a palavra definitiva" sobre a questão. Mas admite que "as votações preliminares", na subcomissão do Poder Executivo, na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo e na Comissão de Sistematização, "vão configurar a extensão do mandato". Defende cinco anos de mandato para Sarney.	 <b>Mério Covas, 57,</b> líder do PMDB no Congresso constituinte — Considera que o mandato de Sarney pode ser definido "a qualquer tempo" pelo PMDB. O plenário do Congresso constituinte deve decidir, em sua opinião, quando for votado todo o texto da futura Constituição. Admite uma ampla consulta dentro do partido sobre a questão. Defende quatro anos de mandato para Sarney.	 <b>Fernando Henrique Cardoso, 55,</b> líder do PMDB no Senado — Considera que o mandato de Sarney "só pode ser definido depois de definido se o regime será parlamentarista ou presidencialista". Defende "não mais que cinco anos" de mandato para Sarney, sob qualquer dos dois sistemas de governo.	 <b>Carlos Charelli, 46,</b> líder do PFL no Senado — Afirma que uma definição imediata, no Congresso constituinte, seria "uma heresia jurídica e consequentemente uma inviabilidade política". Considera que "não há o que decidir", já que a Constituição em vigor "garante" seis anos para Sarney. Só admite modificar a duração do mandato de Sarney se "simultaneamente forem encurtados os demais mandatos".	 <b>Luiz Henrique, 47,</b> líder do PMDB na Câmara — Defende a definição do mandato pelo Congresso constituinte, da mesma forma que os demais temas. Mas considera que "antes dele (o mandato), deve ser definido o regime". Se for consagrado o parlamentarismo na próxima Carta, diz que a questão "perde importância". Espera uma definição da bancada do PMDB para posicionar-se quanto ao mandato de Sarney.	 <b>José Lourenço, 54,</b> líder do PFL na Câmara — É contrário a uma definição imediata sobre o tema. Quer que a questão seja tratada nas disposições transitórias da próxima Constituição. Sobre a duração do mandato de Sarney, diz: "Estou em meditação".	 <b>Carlos Sant'Anna, 53,</b> líder do governo na Câmara — Quer uma definição "já". Mas afirma — não o já amanhã. Em maio seria desejável a definição, por razões de Estado". Quer um "pacto político" entre o PMDB e o PFL sobre a questão, a ser inscrito nas disposições transitórias da futura Carta. Defende seis anos de mandato para Sarney, mas diz que se o "pacto" definir outro prazo, ele o defenderá.
	 <b>Jarbas Passarinho, 67,</b> presidente do PDS e da Comissão da Organização Eleitoral — Diz que o mandato "já está definido na atual Constituição, é de seis anos". Só admite o debate sobre o tema no Congresso constituinte no caso de a presidente Sarney "tomar a iniciativa de propor a redução de seu mandato".	 <b>Leonel Brizola, 64,</b> presidente do PDT — Espera que o presidente Sarney tome a iniciativa de pedir formalmente ao Congresso constituinte a definição quanto ao seu mandato. A questão poderia ser resolvida, em sua opinião, através de um projeto de resolução. Defende, "o mais rápido possível", eleições gerais para a Presidência da República e para o Congresso Nacional, simultâneas.	 <b>Luis Inacio Lula da Silva, 41,</b> presidente do PT — Considera que o mandato deve ser definido na futura Constituição, mas admite uma "definição rápida para que todos os cidadãos, inclusive o presidente, fiquem sabendo qual o tempo de seu mandato". Defende eleições gerais seis meses após a promulgação da nova Carta ou, no máximo, em 15 de novembro de 1988, convocadas através de um projeto de resolução votado na Constituinte.	 <b>Roberto Freire (PCB-PE), 45 —</b> Considera que o mandato do presidente Sarney só deve ser resolvido quando for votado em plenário o projeto da futura Constituição. Se o sistema de governo aprovado pela Constituinte for o parlamentarismo (que o PCB defende), seu partido defenderá quatro anos de mandato para Sarney, mas admite negociar. No caso de manutenção do presidencialismo, defende quatro anos, sem negociação.	 <b>Prisco Viana (PMDB-BA), 53,</b> relator da Comissão de Organização Eleitoral — Defende uma definição imediata sobre a questão. Propõe que PMDB e PFL tomem "uma decisão partidária a respeito", que seria posteriormente "implementada pelas respectivas bancadas quando da votação das disposições transitórias" da futura Constituição. Defende cinco anos de mandato para Sarney.	 <b>Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), 57,</b> relator da Comissão de Sistema de Governo — É contrário a uma definição imediata. Considera que a questão deve ser tratada como qualquer outro tema no Congresso constituinte. Não quer "antecipar" sua posição quanto ao mandato de Sarney, por ser relator da comissão que trata do tema.	 <b>José Fogaça (PMDB-RS), 40,</b> relator da Subcomissão do Poder Executivo — Deseja que a questão seja resolvida "já", através de um acordo político entre o PMDB e o PFL. O acordo sobre o mandato seria inscrito na próxima Constituição, nas disposições transitórias. No caso de aprovado o sistema parlamentarista (do qual é defensor), defende cinco anos para Sarney. No caso de manutenção do presidencialismo, quatro anos.